



Sérgio Gomes da Silva (E) presta depoimento na CPI dos Bingos, ao lado dos senadores Efraim Morais e Garibaldi Alves

## Acusados negam trama para matar Celso Daniel

Sérgio Gomes da Silva, Klinger Luiz de Oliveira e Ronan Maria Pinto afirmaram ontem, na CPI dos Bingos, desconhecer qualquer esquema de cobrança de propinas na prefeitura de Santo André. Também dis-

seram acreditar que o então prefeito Celso Daniel pode ter sido vítima de crime comum, e não de mando, como defende o Ministério Público. Sérgio e Klinger foram assessores de Celso Daniel; Ronan é empresário. **Página 4**

## Convocação de Palocci pode ser votada na terça-feira

O presidente da CPI dos Bingos, Efraim Morais, confirmou que colocará em votação na terça-feira requerimento que convoca para depor o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Ele deve esclarecer denúncias que o envolvem em atos de corrupção quando era prefeito de Ribeirão Preto (SP). **Página 4**

Medida provisória que unifica áreas de arrecadação e fiscalização da Receita Federal e da Previdência só vigora até hoje, que é também o último dia para ser votada pelo Senado

## PRAZO FINAL PARA A SUPER-RECEITA



Renan Calheiros (ao centro) se reúne com os líderes e chega à conclusão de que, em razão da crise política, os canais de conversação estão paralisados

A medida provisória que cria a Super-Receita pode se transformar em projeto de lei e ter tramitação normal no Senado, se não for votada hoje, quando se esgota o prazo para seu exame pelo

Plenário. A possibilidade foi levantada ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, depois de se reunir com líderes partidários. Um dos participantes do encontro, o senador Tasso Jereissati disse que a oposição

obstruirá a tentativa dos governistas de votar hoje a matéria. O líder do governo no Congresso, Fernando Bezerra, lamentou que PSDB, PFL e PDT tenham decidido contra um acordo sobre a questão. **Página 3**



Observados pelo relator Abi-Ackel (sentado), parlamentares discutem no que seria o último dia da CPI do Mensalão

## Um dia de polêmica. E a CPI chega ao fim

Um relatório que aponta o recebimento de "vantagens financeiras indevidas" por parlamentares chegou a ser lido pelo relator da CPI do Mensalão, deputado Abi-Ackel. Mas não foi votado. **Página 5**

### Dificuldade de controlar e-mail

Audiência pública no Senado discute repressão a crimes praticados na rede mundial de computadores. **Página 8**

### Assistência para morador de rua

Comissão aprova projeto de lei que inclui morador de rua entre beneficiários de programas de assistência. **Página 2**

### Recuperação da lavoura de cacau

Projeto que aprova fundo para recuperar lavoura cacauzeira passa pela Comissão de Agricultura. **Página 6**

Comissão de Assuntos Sociais aprova projeto do deputado Henrique Afonso, relatado pela senadora Lúcia Vânia, que inclui a população de rua como prioridade

# Moradores de rua devem ser alvo de programas de assistência

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer sobre projeto de lei que inclui as pessoas que vivem nas ruas em programas de assistência social. O PLC 80/04, de autoria do deputado Henrique Afonso (PT-AC), altera a Lei 8.742/93, a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), para beneficiar os moradores de rua, além das crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social já amparados pela norma. A proposta depende ainda de exame em Plenário.

O relatório da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), lido por Papaléo Paes (PSDB-AP), destacou que o projeto aperfeiçoa a Loas ao inserir a população de rua entre as prioridades assistenciais.

Na mesma reunião, a CAS aprovou parecer ao PLC 9/05, de



CAS também votou audiência sobre oferta de planos de saúde com coberturas reduzidas

autoria do deputado Luiz Alberto (PT-BA), que inclui nos comitês de bacia hidrográfica representantes da Fundação Palmares e dos quilombolas quando houver comunidades remanescentes de quilombos na área da bacia em questão.

A CAS acolheu ainda requerimento da senadora Fátima Cleide

(PT-RO) para a realização de audiência pública com representantes do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Saúde, de planos de saúde e do Procon para instruir o PLS 277/04, de autoria da senadora Lúcia Vânia, que pretende permitir aos planos de saúde oferecer e contratar coberturas reduzidas.

## Suassuna quer ajuda de Ciro Gomes para combate à seca na Paraíba

Ney Suassuna (PMDB-PB) destacou a penúria que encontrou na Paraíba devido à seca. Segundo o senador, 115 municípios já estão em estado de emergência. Ele anunciou que fará um apelo para que o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, visite a região e veja o sofrimento da população.

Para o senador, os níveis baixos de água nos açudes, a magreza do gado, que é vendido “a preço

vil”, a falta de comprador para o leite e o queijo levam à queda brusca na renda, fazendo com que várias famílias sejam mantidas por aposentados, muitos deles endividados.

Suassuna informou que pediu ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que encontrasse uma solução para alongar o prazo de pagamento dos empréstimos dos fazendeiros com os bancos do Nordeste e do Brasil.



Suassuna lamenta que a transposição do rio São Francisco não tenha sido iniciada

O senador também criticou o desvio de recursos destinados à BR-101 e ao projeto de transposição do rio São Francisco, lamentando que a obra não tenha sido iniciada em 2005.



Para Tebet, o programa do BID foi o mais caro e ambicioso da história

## Tebet protesta contra abandono do Programa Pantanal

Ramez Tebet (PMDB-MS) protestou contra a decisão do governo de não renovar o contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) relativo ao Programa Pantanal. Para

Tebet, o programa, que visava descontaminar os rios, diminuir o assoreamento e proteger a vegetação, alavancando o ecoturismo e a economia, foi o mais ambicioso projeto ambiental da história.

Segundo o senador, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, manifestou-se contra a proposta quando já tinham sido liberados R\$ 82,5 milhões, de um total de R\$ 400 milhões financiados pelo BID. Em aparte, o senador Sibá Machado (PT-AC) observou que o valor correspondia ao orçamento do ministério, ficando o projeto prejudicado.

Sobre a divergência entre a ministra Marina Silva e o governador do estado, Zeca do PT, a respeito da instalação de uma usina no Pantanal, Tebet pediu a realização de uma consulta à sociedade pantaneira.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

### Último dia para votar a Super-Receita

O Plenário realiza sessão deliberativa hoje às 9h, com o objetivo de decidir sobre o projeto de conversão da MP 258/05, que unificou as secretarias da Receita Federal e da

Receita Previdenciária na Receita Federal do Brasil. A MP deve ser votada hoje no Senado; caso contrário, perde a validade e o órgão será extinto.

### Rádio Senado discute preconceito racial

Para lembrar o Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro, e a aprovação, pelo Senado, do Estatuto da Igualdade Racial, a Rádio Senado discute o preconceito racial no programa *Conexão Senado*, ao vivo, às 12h de segunda-feira. O ouvinte também pode enviar perguntas ou sugestões por telefone (61 3311-1261), fax (61 3311-2777) ou e-mail ([conexao@senado.gov.br](mailto:conexao@senado.gov.br)).

### Artistas brasileiros

Na terça-feira, às 11h, será realizada no Salão Negro a abertura da exposição “Artistas Plásticos Brasileiros”, com obras que representam todos os estados. A mostra fica aberta à visitação pública até o dia 2 de dezembro.

### Dezesseis dias de ativismo

A Comissão do Ano da Mulher Latino-Americana marca o início da campanha dos 16 dias de ativismo pela eliminação da violência contra a mulher com a exibição do documentário *Estamira*, na próxima quarta, às 19h, no Auditório Petrônio Portella.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Morais  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil  
**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670  
**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151  
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelo senadores Tião Viana, Flexa Ribeiro, João Alberto Souza, Edison Lobão e Mão Santa



Rosevelt Pinheiro  
Antero diz que comportamento do partido sugere "proteção indevida ao ministro" Palocci

## Antero critica postura do PSDB em audiência

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) criticou a postura adotada por seu partido na exposição do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ao se restringir a indagá-lo sobre questões econômicas, deixando de lado denúncias de corrupção feitas por seus ex-assessores na prefeitura de Ribeirão Preto (SP), o PSDB teria adotado um comportamento que "denota e sugere talvez cumplicidade, talvez proteção indevida ao ministro".

– Devo registrar minha opinião pessoal: erramos. Hoje tivemos um alento quando o líder Arthur Virgílio assegurou que, até a próxima quarta-feira, será votado o requerimento de convocação de Palocci na CPI dos Bingos. Tão importante quanto votar esse requerimento é exigir a sua presença na comissão até o fim do mês – considerou.

Se o ministro da Fazenda não for convocado já para depor na CPI dos Bingos, Antero Paes de Barros adverte que a oposição não poderá reclamar de ser acusada de cumplicidade "na proteção de um dos maiores esquemas de roubo já produzidos no setor público".

Líderes do governo admitem dificuldades para votar a matéria. Aloizio Mercadante acredita que a resistência da oposição à criação do novo órgão se deve à proximidade das eleições

# MP da Super-Receita perderá a validade se não for aprovada hoje

Termina hoje o prazo de vigência da Medida Provisória 258/05, que criou a chamada Super-Receita a partir da fusão das áreas de arrecadação e fiscalização da Receita Federal e da Previdência Social. Líderes governistas do Senado como Aloizio Mercadante (PT-SP) e Fernando Bezerra (PTB-RN) admitem que será difícil votá-la, o que resultará na perda de eficácia da MP por decurso de prazo. A oposição já deixou claro que, se depender dela, a MP não será aprovada.

Após reunião das lideranças, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) reiterou ontem que a oposição obstruirá a tentativa dos governistas de votar a matéria. Uma das críticas em relação à proposta é a forma de sua tramitação – como medida provisória, e não projeto de lei, o qual permitiria mais tempo de estudo e discussão.

– PFL, PSDB e PDT decidiram que não haverá acordo sobre a questão – lamentou Fernando Bezerra, que é líder do governo no Congresso.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, que defende a criação da Super-Receita, ressaltou que a crise dificulta as negociações.

– Os canais de conversação estão paralisados – declarou, acrescentando que, "caso a MP não seja votada, deve-se pensar na sua transformação em projeto de lei".

Mercadante disse que a resistência da oposição poderia ter como uma de suas causas a aproximação das eleições. E, ao destacar o componente político dessa resistência, lembrou que não há grandes divergências quanto ao mérito da proposta.

A tramitação da MP foi marcada pela atuação de grupos de pressão que representam diversas categorias profissionais. Isso ocorreu porque a fusão entre as áreas de arrecadação e fiscalização da Receita Federal e da Previdência Social envolve interesses, muitas vezes antagônicos, de



Márcia Kallume  
Renan diz a jornalistas que a crise política dificulta as negociações entre governo e oposição

diversos servidores públicos desses dois órgãos.

Entre os profissionais envolvidos estão técnicos e auditores da Receita Federal, auditores da Previdência Social e procuradores federais que atuam na área de arrecadação da Previdência Social.

Os técnicos defendem uma proposta que lhes permita o acesso a um plano de carreira em que eles

possam, inclusive, se transformar em auditores. Os auditores são contra a MP, e defendem o acesso à carreira de auditor fiscal da Receita apenas por meio de concurso público.

Outro problema são os dois editais de concurso público para o preenchimento de mil vagas para auditor fiscal e 1.820 para técnico da Super-Receita – órgão que depende da MP para existir.

## Osiris vê conspiração contra Previdência Social

O ex-secretário da Receita Federal Osiris Lopes Filho afirmou ontem, no Senado, em debate sobre a chamada medida provisória da Super-Receita, que a unificação dos órgãos responsáveis pela arrecadação fiscal e previdenciária faz parte de uma "conspiração" para enfraquecer o sistema público de previdência social e permitir a entrada de seguradoras estrangeiras nesse mercado.

De acordo com Osiris, a Medida Provisória 258/05 vai favorecer os argumentos sobre a falta de sustentabilidade do sistema. Ele lembrou que o texto passa para a União a titularidade das receitas previdenciárias, dando poder ao governo para desvincular 20% da arrecadação. Assim, os recursos poderiam ser destinados a outros gastos, com possibilidade

de deixar a descoberto o pagamento de benefícios.

– Considerando a base anual de arrecadação da Previdência, de R\$ 120 bilhões, a União vai se apropriar de mais de R\$ 20 bilhões – destacou Osiris.

O ex-secretário observou que o vínculo das contribuições com o sistema de previdência está expresso na Constituição. Desse modo, disse que a transferência de titularidade não poderia ser proposta por medida provisória.

O mesmo entendimento de que a matéria fere a Constituição foi manifestado pelo tributarista Hugo de Brito Machado, que falou antes de Osiris no debate sobre a MP 258, realizado no auditório da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.



Célio Azevedo  
Antonio Carlos quer detalhes de supostos investimentos em empresa do filho do presidente

## ACM cobra explicações da Telemar

"A cada dia que passa os escândalos se sucedem, demonstrando que a administração do presidente Lula é a mais corrupta de quantas já existiram neste país". A afirmação foi feita ontem pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), em pronunciamento no Plenário. Ele pediu à Secretaria Geral da Mesa do Senado que encaminhe ofício à Telemar cobrando explicações sobre investimento de R\$ 5 milhões que essa companhia telefônica teria feito na empresa do filho do presidente da República.

Antonio Carlos informou que já tinha solicitado esses mesmos detalhes à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que garantiu, por intermédio do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, não existir registros sobre a transação entre a Telemar e o filho do presidente. Outro fato que precisa ser esclarecido, segundo o senador, é o suposto empréstimo que Lula teria feito ao PT, cujo pagamento foi assumido publicamente pelo presidente do Sebrae, Paulo Okamoto.

– Muitos ainda se perguntam se o presidente sabia ou não que o dinheiro era distribuído fartamente entre membros do PT e seus aliados – afirmou.

## José Jorge questiona entrevista de Lula e enumera provas contra o governo

José Jorge (PFL-PE) questionou ontem em Plenário as palavras do presidente Lula, em entrevista ao programa *Roda Viva*, que afirma não existirem provas sobre as acusações de corrupção em seu governo.

José Jorge criticou o presidente por ignorar provas importantes

como as filmagens em que Waldomiro Diniz aparece exigindo propina do empresário Carlinhos Cachoeira e por ter se referido a Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT, como "nosso Delúbio", numa tentativa de mostrar que não há nenhum culpado.

Segundo ele, o Código Penal

considera provas testemunhais, documentais e periciais, como também confissões, flagrantes e exames de corpo delito. Exemplificou como réus confessos Marcos Valério, Delúbio Soares, Sílvio Pereira, Roberto Jefferson, Valdemar Costa Neto, Vladimir Poletto e Anderson Adauto.

"O passeio ao Código Penal" teve como consequência, observou, o processo de cassação de 11 deputados; a renúncia de quatro deputados; a cassação do deputado Roberto Jefferson; e o afastamento do ministro José Dirceu e de vários dirigentes do PT e de estatais.



Genádio Magela  
José Jorge destaca lista de réus confessos e os processos de cassação de deputados

Empresário e ex-auxiliares de Celso Daniel negam envolvimento na morte do ex-prefeito. CPI dos Bingos decide na terça-feira sobre convocação de Palocci

## Sérgio não explica movimentação bancária e diz que é "vítima"

O empresário Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, indiciado pela morte do ex-prefeito Celso Daniel, não conseguiu explicar aos senadores da CPI dos Bingos a longa e milionária movimentação em sua conta bancária no Banepa. De acordo com os extratos em poder da CPI, Sérgio fez depósitos nas contas de várias pessoas, todas ligadas ao PT e ocupantes de altos cargos na prefeitura de Santo André ou exercendo mandatos em câmaras de vereadores de outros municípios.

Sérgio ressaltou que os depósitos eram referentes a empréstimos pessoais a amigos. Também não soube explicar por que emitiu notas fiscais a uma empresa que não lhe pagou e porque empresas que alegou não conhecer fizeram depósitos em sua conta bancária. Na época, 1997, Sérgio afirmou que sua empresa de segurança tinha um faturamento anual de cerca de R\$ 250 mil, mas a conta bancária acusa um movimento



Sérgio Gomes (E) presta depoimento, ao lado de Efraim, Garibaldi e Mozarildo

de R\$ 182 mil em depósitos para terceiros, inclusive sua ex-esposa e seu ex-sogro.

Sérgio negou que tenha facilitado o seqüestro de Celso Daniel destrancando as portas do carro e acusou a imprensa e o Ministério Público do estado de São Paulo de criarem o apelido de "Sombra". Ele afirmou que jamais foi conhecido por esse apelido e disse que é uma vítima, não sabe quem fez

depósitos em sua conta bancária e não teve direito a se defender.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) lembrou das lutas que travou para defender Sérgio das acusações de que estaria envolvido no assassinato de Celso Daniel. Ela disse que após ter ouvido as gravações de telefonemas e ter visto a movimentação bancária, não conseguiu mais acreditar na inocência de Sérgio.

## Ronan Pinto desmente esquema de caixa dois

Em depoimento à CPI dos Bingos, o empresário do setor de transportes Ronan Maria Pinto negou que tenha doado recursos para campanhas eleitorais de candidatos do PT, incluindo a do prefeito de Santo André (SP) assassinado em janeiro de 2002, Celso Daniel.

Ronan, que detém mais de 50% das linhas de ônibus de Santo André, negou ainda que tenha pagado propina mensal para alimentar um suposto caixa dois do PT, "ou de qualquer outro partido político", a ser usado nas eleições em troca de benefícios, como o de constantes aumentos nas tarifas dos coletivos.

O relator da CPI, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), no entanto, disse que tinha informações seguras de que as empresas de ônibus de Santo André contribuíam com cerca de R\$ 550 por ônibus para a caixinha do PT. O senador Magno Malta (PL-ES), por sua vez, tomando por base documentos do Ministério Público, informou que esses recursos eram canalizados para a conta do também empresário Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, que os distribuía às pessoas que faziam parte do esquema.

Sobre o assassinato de Celso Daniel, Ronan disse desconhecer os motivos do crime, apesar de ter admitido a ocorrência de "fatos estranhos", uma vez que depois da morte do prefeito, conforme observou, morreram nada menos do que sete pessoas que de alguma maneira estavam ligadas às investigações.

O senador Valmir Amaral (PTB-DF), também empresário do setor de transporte, classificou Ronan Pinto "de grande amigo", enalteceu sua figura e não fez nenhuma pergunta.

## Ex-secretário de Celso Daniel nega existência de corrupção

O ex-secretário de Serviços Municipais da Prefeitura de Santo André (SP) Klinger Luiz de Oliveira Souza negou ontem, em depoimento à CPI dos Bingos, participação no suposto esquema de arrecadação de propinas na prefeitura do município paulista. O depoente também rechaçou as suspeitas de que tenha tomado parte no assassinato do então prefeito Celso Daniel.

Klinger disse ainda não acreditar que os outros dois depoentes de ontem, Sérgio Gomes da Silva e Ronan Maria Pinto, tenham participado do crime que vitimou o prefeito petista. Celso Daniel foi prefeito de Santo André entre 1989 e 1992, 1997 e 2000 e entre 2001 e janeiro de 2002.

Durante as quatro horas de depoimento, o ex-secretário, que é arquiteto, professor universitário e filiado ao PT, informou que, em 1996, participou da elaboração do programa de governo de Celso Daniel e trabalhou na prefeitura entre 1997 e 2002. Ele ressaltou sentir orgulho do trabalho que o PT realizou à frente do governo municipal.

O depoente negou que tenha superfaturado obras públicas durante sua gestão à frente da Secretaria de Serviços Municipais. O questionamento foi feito pelo relator da CPI dos Bingos, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que citou relatório do Ministério Público Federal. Ainda respondendo ao relator, Klinger afirmou não acreditar na versão de Bruno Daniel e João Francisco Daniel, irmãos do prefeito, de que Gilberto Carvalho, atual chefe de gabinete do presidente da República, participava de arrecadação de propinas junto a empresas de recolhimento de lixo e de transporte urbano destinadas ao PT.

## Convocação de Palocci poderá ser votada na terça-feira

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, senador Efraim Moraes (PFL-PB), confirmou ontem que colocará em votação na terça-feira requerimento para convocar o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, com o objetivo de esclarecer denúncias de corrupção em Ribeirão Preto (SP) na época em que Palocci era prefeito da cidade. O requerimento é de autoria do senador Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC).

Na audiência pública de quarta-feira na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Palocci rebateu todas as acusações que pesam sobre ele, com destaque para a da existência de contribuição mensal no valor de R\$ 50 mil por parte de empresa contratada pela prefeitura com o objetivo de financiar um suposto caixa dois do PT.

Ele negou também que a campanha eleitoral do presidente Lula tenha contado com recursos vindos de Cuba, de Angola ou das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

A oposição insistiu, no entanto, em ouvir as explicações do ministro na CPI dos Bingos.

Os membros da Comissão



Geraldo Mesquita Júnior é autor do requerimento para ouvir o ministro

aprovaram ontem dois requerimentos do relator Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que convocam para depor o procurador da República em São Paulo, Pedro Taques, e o juiz federal da 1ª Região, Julier Sebastião da Silva. Eles vão falar sobre a chamada Operação Arca de Noé, que desmontou organização criminosa ligada à exploração de bingos e máquinas caça-níqueis, ao narcotráfico, à lavagem de dinheiro e à evasão de divisas no estado de Mato Grosso.

Foi aprovado ainda requerimento de José Jorge (PFL-PE) convocando o promotor público de São Paulo Amaro José Thomé Filho, um dos responsáveis pela investigação do assassinato do prefeito de Santo André (SP).

seus assessores à época de sua gestão frente à prefeitura de Ribeirão Preto.

O líder do PSDB frisou que, em diversos momentos durante as explanações na CAE, o próprio ministro se colocou à disposição para comparecer a qualquer colegiado do Senado, incluindo as comissões de inquérito. Na mesma linha, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que ficaria mal para a Casa não convocar o ministro para a CPI, ainda que seja "para atender ao seu próprio desejo". Antonio Carlos afirmou contar com assinaturas de membros do próprio PT para o requerimento de convocação, registrando que o senador Tião Viana (PT-AC) já teria confirmado a sua.

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) considerou misterioso o pensamento do presidente da República em relação à política econômica adotada no país, indagando ao Plenário se alguém saberia dizer "se Lula apóia ou não a política de Palocci".



Para Arthur Virgílio, é "obrigação" do Senado convocar Antonio Palocci

## Arthur Virgílio cobra presença de Palocci na CPI dos Bingos

Ao comentar a presença do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na quarta-feira, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) definiu como obrigação do Senado convocá-lo para prestar esclarecimentos na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos. Palocci é alvo de diversas denúncias envolvendo

## Palocci sabia do valerioduto, diz César Borges

César Borges (PFL-BA) afirmou ontem que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, tinha conhecimento do esquema de arrecadação de recursos operado pelo publicitário Marcos Valério e pelo ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores Delúbio Soares. De acordo com o senador, o fato de Palocci ter garantido, em audiência à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que a campanha presidencial de 2002 não foi irrigada com recursos de Cuba e de outras fontes comprovaria seu conhecimento do valerioduto.

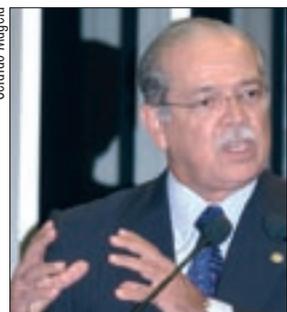
— Ora, se Palocci pode negar a vinda de recursos cubanos com tanta convicção, é porque ele sabia efetivamente das tratativas financeiras do PT. E aí sou levado a concluir que ele sabia também o que Delúbio Soares estava fazendo — afirmou.

O parlamentar considerou “extremamente correta” a postura da oposição durante a audiência ocorrida quarta-feira. Na sua avaliação, os partidos oposicionistas conseguiram “desarmar o circo montado pela base governista no Senado, na tentativa de dar sustentação ao ministro”.

### Convocação

César Borges defendeu a convocação de Palocci pela CPI dos Bingos a fim de prestar esclarecimentos sobre as denúncias de recebimento dos recursos estrangeiros para a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência.

Em aparte, o senador Sibá Machado (PT-AC) elogiou o desempenho do ministro Palocci na audiência da CAE.



Para César Borges, oposição agiu de forma correta durante audiência do ministro na CAE

No relatório apresentado ontem à CPI do Mensalão, Abi-Ackel diz que não há provas para atribuir responsabilidade penal aos parlamentares que receberam benefícios ilícitos



Parecer de Ibrahim Abi-Ackel (sentado) não faz referência à suposta compra de votos para a aprovação da PEC que permitiu a reeleição de FHC

## Relator aponta vantagem financeira indevida, mas não identifica nomes

O relatório da CPI do Mensalão, apresentado na tarde de ontem pelo deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), não aponta, em suas conclusões, para a existência do “mensalão” propriamente dito, mas admite que “houve recebimento de vantagens financeiras indevidas por parlamentares e dirigentes partidários, com periodicidade variável, porém constante, nos anos de 2003 e 2004”.

No documento, que não chegou a ser votado, o relator optou por não citar nomes de parlamentares que teriam recebido recursos, salvo aqueles casos em que já há comprovação,

como o do ex-deputado Valdemar Costa Neto.

“Não é possível relacionar os parlamentares que perceberam vantagens financeiras ilícitas, em virtude da ausência de provas concretas que permitam a atribuição de responsabilidade penal, mas são múltiplos os indícios de que houve distribuição de recursos financeiros a deputados da base parlamentar do governo”, relata Abi-Ackel.

Sobre a suposta compra de votos no processo de aprovação da proposta de emenda à Constituição que garantiu, em 1995, a reeleição do então presi-

dente Fernando Henrique Cardoso, linha de investigação defendida pelos governistas, Abi-Ackel não apresenta nenhuma tese.

A CPI do Mensalão foi criada com o intuito de investigar, especialmente, as denúncias feitas pelo então deputado Roberto Jefferson sobre pagamento de mesadas a parlamentares da base do governo, para garantir apoio em votações na Câmara. Os repasses seriam feitos pelo publicitário mineiro Marcos Valério Fernandes de Souza, coordenados pelo ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores Delúbio Soares.

## Sem assinaturas suficientes, CPI do Mensalão é encerrada

A CPI do Mensalão viveu ontem um dia insólito — não sabia se ainda existia ou se já havia sido encerrada. Após uma série de discussões e tentativas de acordo, os parlamentares buscaram colher assinaturas para garantir a prorrogação dos trabalhos, mas, por volta das 22h, os deputados Luiz Antônio Fleury (PTB-SP) e Paulo Baltazar (PSB-RJ) protocolaram na Mesa do Congresso apenas 141 apoios de deputados — o número mínimo exigido era de 171.

Na noite da quarta-feira, a Mesa da comissão entendeu, com base em uma suposta dubiedade na interpretação da legislação sobre o início da contagem do tempo de funcionamento das comissões de inquérito, que o prazo de funcionamento da CPI se

encerraria não às 24h daquele dia, mas sim às 24h de ontem.

Assim, os membros da comissão teriam mais um dia para levantar as assinaturas que faltavam para garantir o funcionamento do colegiado por mais 30 dias. No entanto, o entendimento para assegurar a sobrevivência da comissão foi questionado, principalmente por líderes do governo na Câmara, os quais interpretavam que o prazo de funcionamento da CPI começava a contar a partir da leitura e publicação dos atos que a criavam.

Enquanto o presidente do colegiado, Amir Lando (PMDB-RO), se reunia com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e com líderes para resolver o impasse, o relator, Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), decidiu ler seu

relatório, apesar das resistências dos parlamentares presentes.

Alguns deles argumentavam que não era justo que o documento fosse tornado público sem a possibilidade de apresentação de vistas. O relatório foi lido, mas não foi votado.

Os líderes do Senado concordaram com a extensão da CPI por 30 dias. No entanto, Renan Calheiros anunciou que não havia sido possível estabelecer um acordo com os líderes da Câmara.

A Mesa do Congresso ficou de prontidão até as 24h de ontem para receber assinaturas para a prorrogação dos trabalhos da comissão. Até a meia-noite, chegaram mais sete assinaturas, totalizando 148 — insuficientes para prorrogar os trabalhos.

## Skymaster pode ter bens bloqueados

O procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, prometeu agilidade para analisar o pedido da CPI dos Correios de bloqueio dos bens da empresa de transporte aéreo Skymaster. Segundo o sub-relator de Contratos, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), que esteve ontem com o procurador, o parecer deve ser dado na próxima semana.

— Ele prometeu cuidar o mais rapidamente possível da questão e considerou o assunto grave — informou.

A Skymaster, que presta serviços aos Correios operando a rede postal noturna, é acusada de superfaturamento em contratos com a estatal. Cardozo explicou que o pedido é uma tentativa de evitar envio de divisas para o exterior, já que os dirigentes da empresa estariam fazendo remessas desde o início das investigações.

A denúncia, disse, vai ser aprofundada em seu relatório parcial que será divulgado na terça-feira.

## CPI busca acesso à movimentação de corretoras

A CPI dos Correios realiza hoje, às 10h, reunião reservada. Entre outros assuntos, o presidente da comissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS), deverá informar sobre o encontro que manteve ontem com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, para discutir o movimento das corretoras que têm tentado, por meio de liminares, impedir a quebra de sigilo em relação às operações que realizam para os fundos de pensão no mercado de capitais.

Mesmo defendendo acordo para que a CPI do Mensalão pudesse ter tempo para elaborar e votar o seu relatório final, Delcídio admitiu que o colegiado “teve um erro na origem”. Na sua opinião, a comissão deveria ser “no máximo uma sub-relatoria da CPI dos Correios”.



Auditoria do TCU comprovou que verbas não foram usadas nas rodovias, diz Osmar

## Osmar aponta crime de responsabilidade em desvio de recursos da Cide

Osmar Dias (PDT-PR) comentou ontem em Plenário resultado de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a aplicação de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva. Em vez de investir as verbas

na recuperação da infra-estrutura viária do país, afirmou o senador, o governo teria desviado 41% da arrecadação da Cide entre 2003 e 2004, cerca de R\$ 9 bilhões, para o pagamento de salários de cargos comissionados e diárias. – Houve crime de responsabilidade, pois o dinheiro foi desvia-

do de sua finalidade – disse.

Os R\$ 9 bilhões seriam suficientes, segundo Osmar, para reformar um terço da malha viária e modernizar todos os portos do país. De acordo com dados do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), 82% das rodovias brasileiras es-

tão em situação ruim ou péssima. Enquanto portos e aeroportos não recebem recursos da Cide para melhoria da capacidade de escoamento de cargas, o senador lembra que 70% das riquezas geradas pelo país continuam a ser transportadas por rodovias em condições precárias.

Proposta acolhida pela CRA prevê que ministérios da Agricultura e da Fazenda fixarão o volume máximo de operações de crédito que terão risco garantido pelo Funcacau

## Aprovado fundo de aval para fomentar a lavoura cacaeueira

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem projeto do senador César Borges (PFL-BA) que cria o Fundo de Aval para a Recuperação da Lavoura Cacaeueira (Funcacau). O relator, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), acatou emenda da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) para que o Banco do Brasil seja o operador do fundo.

Pelo texto original, o gestor do Funcacau seria o Banco do Nordeste, mas Ana Júlia argumentou que, como a planta é cultivada também na Amazônia e no Espírito Santo, a instituição apropriada para gerir o fundo é o Banco do Brasil. Outra emenda da senadora prevê crédito para plantadores de cacau da região Norte.

De acordo com a proposta de César Borges, cabe aos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Fazenda estabelecerem o volume máximo de operações que terão risco garantido pelo Funcacau. Ao justificar o projeto, o senador afirma que a cultura do cacau é responsável



De autoria de César Borges (E), projeto foi relatado na CRA por Rodolpho Tourinho

por 20% dos empregos do setor agrícola na Bahia.

Ana Júlia informou que em seu estado, o Pará, segundo produtor nacional de cacau, cerca de 8 mil famílias estão envolvidas nesse cultivo, em uma área que abrange 27 municípios. Tourinho argumentou que a lavoura do cacau é uma atividade de alto risco por causa da praga da vassoura-de-bruxa e de suas próprias características de cultivo.

A CRA, presidida por Sérgio Guerra (PSDB-PE), aprovou

também projeto de Ney Suassuna (PMDB-PB) sobre crédito fundiário a posseiros e trabalhadores rurais na aquisição de terras para a agricultura. Foram acolhidos ainda projetos dos senadores Delcídio Amaral (PT-MS), que trata da atualização do cadastro de beneficiários da reforma agrária, e Alvaro Dias (PSDB-PR), que exige a presença de juiz e de representante do Ministério Público em locais onde haja conflito agrário, antes de decisão sobre processos dessa natureza.

## Flexa Ribeiro: falta de investimento em energia pode levar a novo apagão

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou ontem o governo federal por descartar riscos de o país enfrentar um novo racionamento de energia elétrica a partir de 2007. A causa da futura crise de abastecimento de energia, afirmou o senador, seria o baixo nível de investimentos no setor, que não chega a 40% do mínimo recomendável.

– Se não faltar energia é porque o governo Lula terá apresentado, nos seus quatro anos, um crescimento medíocre da economia, em

torno de 3% ao ano – alertou.

Flexa Ribeiro lembrou que todos os projetos na área de energia do governo Lula foram iniciados durante o último mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, inclusive a duplicação da capacidade de geração da hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins, no Pará.

Ele cobrou do governo o cumprimento de promessas de campanha de construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, também em seu estado.



Governo erra ao não reconhecer risco de crise de energia, afirma Flexa Ribeiro

– Mais de mil dias se passaram após Lula ter tomado posse e o governo ainda não iniciou as obras da hidrelétrica. A usina é apontada pela Eletronorte como a única solução viável para evitar riscos de apagões no país – disse.

## Aelton registra avanço da economia de Minas Gerais

Aelton Freitas (PL-MG) registrou em Plenário resultado de pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo a qual o estado de Minas Gerais vem tendo um crescimento econômico bastante superior à média nacional. O senador informou que, em setembro, a produção mineira cresceu 4,8%, maior índice da indústria nacional e 26º resultado positivo consecutivo, enquanto que, no mesmo período, a média nacional ficou em 0,2%.



Estado apresenta crescimento econômico superior à média nacional, destaca Aelton

Para que Minas atingisse esse resultado, disse, o governo estadual adotou medidas como a redução da carga tributária, especialmente em setores voltados para o consumo de massa, e a eliminação do déficit fiscal, decisivas para o avanço da produção industrial.

## Mão Santa apela por solução para greve nas universidades

Ao cobrar do governo a reabertura das negociações com os professores universitários, em greve desde agosto, o senador Mão Santa (PMDB-PI) estimou em 500 mil o número de alunos que estão sem aulas em virtude da paralisação. Ele lembrou que, antes de assumir a Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva promoveu muitas greves.

– Ô Lula, será que só lhe ensinaram a fazer greves e não a acabá-las? – indagou.

Os senadores Jefferson Pé-



"Ô Lula, será que só lhe ensinaram a fazer greves e não acabá-las?", indaga Mão Santa

res (PDT-AM), Alberto Silva (PMDB-PI) e Ramez Tebet (PMDB-MS) apoiaram o pedido de reabertura das negociações. Jefferson, professor aposentado da Universidade Federal do Amazonas, assinalou que durante 25 anos de magistério viu sucessivas greves patrocinadas pelo PT.

## Pavan reivindica escolas agrícolas em Santa Catarina

Leonel Pavan (PSDB-SC) defendeu reivindicação da comunidade do Planalto Serrano de Santa Catarina de implantação de escolas técnicas agrícolas federais na região. O senador afirmou que, embora o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha recebido uma votação expressiva em Santa Catarina, o estado não vem recebendo nenhuma atenção por parte do governo.

A região, disse, abrange 19



Segundo Pavan, o Planalto Serrano do estado necessita de estímulo do governo

municípios e necessita do apoio governamental para impulsionar sua expansão econômica, notadamente o turismo rural e o setor agropecuário. A implantação de escolas agrícolas, argumentou, daria suporte a esse processo.

Gerardo Magela



Sarney diz que memorial guarda 550 mil documentos de sua passagem pela Presidência

## Sarney pede interferência federal em defesa de acervo cultural no MA

O senador José Sarney (PMDB-AP) apelou ao presidente do Senado para que intervenha urgentemente junto ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a fim de garantir a preservação do acervo cultural da Fundação da Memória Republicana, que abriga o Memorial José Sarney, no Maranhão. O memorial guarda cerca de 550 mil documentos que registram a passagem do senador pela Presidência da República.

Segundo Sarney, a Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou ontem lei que estipula o prazo de 30 dias para que o acervo pertencente ao ex-presidente seja retirado do prédio do Convento das Mercês, sede da fundação. O senador atribuiu a aprovação da lei a uma vingança pessoal do governador José Reinaldo.

Confessando-se ferido e amargurado, Sarney pediu interferência da União, uma vez que o artigo 216 da Constituição federal, regulamentado pela Lei

federal 8.394/91, determina que os acervos documentais privados dos presidentes da República são de interesse público e integram o patrimônio cultural brasileiro.

Sarney enumerou suas doações ao memorial, inclusive várias obras raras. Fazem parte do acervo do memorial 40 mil livros de sua biblioteca pessoal; 2,5 mil obras de arte; 80 mil manuscritos; 18 mil negativos; 1,5 mil filmes de 16 milímetros; *slides*; discos; quatro mil fitas de vídeo; além de todos os presentes recebidos durante seu mandato no Palácio do Planalto.

Em apartes, manifestaram apoio a Sarney os senadores Alberto Silva (PMDB-PI), Mão Santa (PMDB-PI), Eduardo Azevedo (PSDB-MG), Valmir Amaral (PTB-DF), Papaléo Paes (PSDB-AP) e José Maranhão (PMDB-PB). Na presidência da sessão, Edison Lobão (PFL-MA) garantiu que providências urgentes serão tomadas pela Casa.

## Goellner quer recursos para a Embrapa



Gilberto Goellner

Gilberto Goellner (PFL-MT) cobrou do governo federal mais recursos para que a Embrapa possa desenvolver variedades de soja resistentes à ferrugem asiática. Ele criticou o governo por destinar à Embrapa, no triênio 2005/2007, apenas R\$ 4,1 milhões para o desenvolvimento de linhagens resistentes à doença.

—O valor é extremamente baixo quando comparado com o montante que é gasto [no país] com o controle da ferrugem asiática, ou seja, R\$ 1,5 bilhão a cada ano.

O senador ressaltou os benefícios para o meio ambiente do uso de variedades resistentes de soja.

## Alberto Silva apóia tese de Dilma Rousseff



Alberto Silva

“A ministra Dilma tem razão quando diz que é preciso diminuir o superávit primário e deixar um pouco de dinheiro para investir na infra-estrutura do país”, disse o senador Alberto Silva (PMDB-PI), ao tomar partido da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, no debate público mantido entre ela e o ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

O senador afirmou que talvez sugestão oferecida por ele à ministra a tenha inspirado. Ele propôs a criação de um grupo de trabalho no âmbito do Ministério dos Transportes e do Palácio do Planalto para viabilizar a recuperação das estradas brasileiras.

Líderes do governo e do PSDB debatem em Plenário rumos da política econômica e comentários do ex-presidente Fernando Henrique sobre a gestão Lula

# Mercadante rebate críticas de FHC à política econômica

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), criticou com veemência artigo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado na revista *Agenda 21*, com críticas à política econômica do atual governo. Mercadante reclamou da “falta de humildade” de Fernando Henrique, contrária à “postura transparente” do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, em sua audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que reconheceu os avanços proporcionados pelos governos anteriores.

O ex-presidente, na opinião de Mercadante, foi sectarista e não se mostrou aberto ao diálogo, ao dizer que “a relação entre taxa de câmbio, dívida interna elevada, taxas de juros altas e controle da inflação condenam o país a taxas de crescimento medíocres e desemprego estabilizado em nível elevado”.

Mercadante disse que grande parte dos problemas enfrentados hoje são heranças da política de



Aloizio Mercadante reclama da “falta de humildade” do ex-presidente

âncora cambial, essa sim “uma armadilha” que, adotada em seu primeiro mandato, deteriorou a dívida externa. O senador lembrou que hoje o país tem, desde o início do governo Lula, um superávit comercial acumulado de US\$ 98,5 bilhões, enquanto que, nos oito anos do governo de FHC, teve sucessivos déficits de US\$ 8 bilhões. Mercadante afirmou ainda que foi o governo Fernando Henrique que elevou a dívida pública, com as privatizações e o financiamento da

balança de pagamentos “com juros elevadíssimos”.

O líder do governo rebateu a afirmação de Fernando Henrique de que o superávit primário estaria sendo feito para “impressionar o mercado financeiro”. Para Mercadante, a política de superávit primário irá garantir o sucesso do ajuste fiscal necessário à melhoria das finanças públicas. Segundo Mercadante, foi no atual governo que se conseguiu diminuir significativamente a relação dívida pública/PIB.

Mercadante ressaltou conquistas do atual governo como o crescimento de 4,6% do PIB em 2004 e o incremento nas exportações de US\$ 60 bilhões, em 2003, para US\$ 100 bilhões em 2004.

O senador criticou o fato de o ex-presidente acusar o atual governo pelo custo da adoção de uma política “ultra-ortodoxa”, assim como pela sua incapacidade de estabelecer marcos regulatórios que dessem tranquilidade aos investidores externos.

## Virgílio aponta crescimento medíocre

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), contrapôs-se a todos os argumentos apresentados por Mercadante. O senador considera o crescimento econômico medíocre, quando comparado ao crescimento de outros países em desenvolvimento. Virgílio acredita que o câmbio está mais apreciado que no governo Fernando Henrique e que, se hoje as exportações são recordes, isso

acontece graças ao processo de privatização. Na sua avaliação, o erro da política econômica é a manutenção da taxa de juros alta, a falta de ousadia em apostar no crescimento e no momento virtuoso da economia mundial.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) ressaltou o êxito da política econômica dos anos 90, que foi a conquista da estabilidade da moeda e o controle da inflação.

Disse que hoje os desafios são outros e que o governo não compreendeu a importância das agências reguladoras e não administra bem os juros, pois lhe falta ousadia para fazer o país crescer.

No final da discussão, Mercadante propôs, e Arthur Virgílio concordou, que se deve fazer uma rodada de debates sobre os rumos da política econômica.

## Heloísa volta a condenar execução orçamentária

A execução orçamentária e a política econômica do governo Lula voltaram a ser criticadas por Heloísa Helena (PSOL-AL). Ao tratar do orçamento de 2005 para a segurança pública, a senadora listou uma série de programas para os quais não foi liberado nenhum centavo.

Sobre essa questão, Heloísa Helena observou que, ainda quando o governo decide liberar



Heloísa Helena relaciona programas de segurança que nada receberam

os recursos no final do ano, a medida não consegue possibilitar uma execução razoável das ações públicas.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) destacou artigo do presidente da Associação dos Auditores

Fiscais da Previdência (Anfp), Ovídio Palmeira Filho, em que o governo é acusado de desviar 86% dos recursos da seguridade e assistência social para compor o superávit primário.

Heloísa acusou a política econômica de estar baseada no tripé irresponsabilidade fiscal, social e administrativa, beneficiando apenas banqueiros e especuladores internacionais. Disse ainda que a ordem jurídica impõe aos acusados de crimes contra a administração pública prestar explicações nas comissões competentes do Congresso.

Gerardo Magela

Audiência pública realizada pela Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia aponta obstáculos para reprimir crimes na rede mundial de computadores

## Dificuldades de controle da prestação de serviço na Internet

A legislação brasileira não dispõe de instrumentos eficazes para coibir a ocorrência de crimes pela Internet, pois o serviço de correio eletrônico não é considerado um serviço de telecomunicações e, sim, de valor adicionado. A explicação foi dada pelo presidente substituto da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Plínio de Aguiar Júnior, em audiência pública que debateu o projeto do senador Delcídio Amaral (PT-MS) que obriga os provedores a manter cadastro detalhado dos usuários da rede mundial de computadores (PLS 279/03).

A audiência foi realizada por requerimento dos senadores José Jorge (PFL-PE), Romeu Tuma (PFL-SP) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) – este último relator da matéria, com voto favorável. O projeto também determina que os provedores serão co-responsá-



Mesquita Júnior (3º à esq.) preside audiência pública para debater projeto de lei

veis pela veracidade das informações contidas nos cadastros e que os dados poderão ser compartilhados com outras instituições.

O presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso de Serviços e Informações da Rede de Internet (Abranet), Antônio Tavares, frisou que foi assinado recentemente convênio com o Ministério Público Federal

para que os grandes provedores facilitem o trabalho da Justiça na investigação de irregularidades cometidas na Internet. Já o chefe do setor de Perícia de Informática do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal (Sepinf), Paulo Quintiliano, alertou para os dados pouco confiáveis mantidos por provedores de *e-mail* e de domínio.



## Embaixador defende aproximação empresarial entre Brasil e Bélgica

A aproximação entre empresários brasileiros e belgas e a formação de *joint ventures* entre os dois países deverão ser prioridades no relacionamento bilateral, segundo o embaixador designado para Bruxelas, Almir Franco de Sá Barbuda, cuja indicação para o posto recebeu ontem parecer favorável, por unanimidade, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A mensagem presidencial que contém a sua indicação deverá ser agora analisada pelo Plenário.

Barbuda citou como exemplo do estágio atual de relacionamento bilateral a chegada ao Brasil, na segunda-feira, de uma grande missão empresarial belga, chefiada pelo príncipe Philippe, herdeiro do trono da Bélgica. Executivos e ministros provenientes de Bruxelas, como informou o embaixador, visitarão empresas instaladas em São Paulo, Goiás e Rio de Janeiro. Entendimentos em setores como os de segurança e medicina nucleares deverão

também ser firmados.

– Poderíamos seguir o exemplo belga e pensar no envio de uma missão brasileira à Bélgica, para promover a intensificação de contatos entre empresas dos dois países e a formação de *joint ventures* em setores como os de agroindústria, siderurgia e mineração de pedras preciosas – sugeriu Barbuda, que também deverá representar o Brasil, cumulativamente, em Luxemburgo.

O embaixador observou que a Bélgica tem grande interesse em preservar um comércio internacional livre, uma vez que quase 80% de seu produto interno bruto (PIB) está ligado ao comércio exterior. Por isso, como salientou Barbuda, a Bélgica tem mantido uma posição favorável ao multilateralismo.

Em seu voto favorável à mensagem presidencial, o relator *ad hoc* Valdir Raupp (PMDB-RO) salientou a importância dos investimentos belgas no Brasil, especialmente na área de siderurgia.



Ideli: governo Lula quer dignidade para essa parcela da população

## Ideli destaca ações em favor dos afrodescendentes

Ao saudar os participantes da Marcha Zumbi + 10, que na quarta-feira ocuparam a Esplanada dos Ministérios para protestar contra o racismo e cobrar mais políticas públicas voltadas para o negro, Ideli Salvatti (PT-SC) destacou iniciativas do governo em favor dos afrodescendentes. Ela lembrou a criação da Secretaria Especial para Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que tem à frente uma negra, a ministra-chefe Matilde Ribeiro, e enfatizou que o governo do presidente Lula quer oferecer condições para que os afrodescendentes possam viver com dignidade.

## Prazo para recursos a estatuto vai até o dia 24

O prazo de cinco sessões para interposição de recurso visando à votação, em Plenário, do projeto de lei que institui o Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03) termina no dia 24 de novembro. Idealizada por Paulo Paim (PT-RS), a proposta foi acolhida em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado na forma de substitutivo elaborado por Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Se não for apresentado recurso, a proposição é considerada aprovada pelo Senado e segue diretamente para tramitação na Câmara.

O projeto contempla políticas públicas de combate ao racismo em diversas áreas: trabalho, saúde, educação e mídia. Foram incluídas também no texto políticas de garantia à moradia e à terra aos descendentes dos quilombolas, de valorização da mulher negra, de proteção às religiões de matriz africana, entre outras.



Iris de Araújo quer livros convertidos para áudio ou para o sistema braille

## Projeto facilita acesso de deficientes visuais a livros

Preocupada com o acesso dos portadores de deficiência visual ao conteúdo de livros adquiridos pelos programas governamentais, a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) pediu a aprovação de projeto de lei de sua autoria (PLS 384/05) que determina a manutenção de arquivos digitais desses livros em *site* mantido pelo poder público. A parlamentar explicou que esses arquivos deverão ser convertidos em áudio ou reproduzidos para o sistema braille, e também colocados à disposição de bibliotecas públicas e entidades para usuários com deficiência visual.

## Paulo Paim lamenta situação do Brasil na área social

Paulo Paim (PT-RS) lamentou ontem que o Brasil tenha ocupado o 94º lugar entre os 163 países avaliados nos quesitos área social e combate às desigualdades, em *ranking* elaborado pela organização não-governamental (ONG) Social Watch, com base no Índice de Capacidades Básicas (ICB). De acordo com a pesquisa citada pelo senador, o Brasil ficou no mesmo patamar de países como Zimbábue, Namíbia, Congo e Sudão, entre outros, demonstrando que o país está longe de atender aos preceitos para que o povo viva com dignidade.

– A constatação é de que, na última década, pouca coisa mudou. A posição do Brasil é vergonhosa – afirmou o senador.

Segundo Paim, a pesquisa re-



Paim considera que posição do país constatada em pesquisa é "vergonhosa"

vela também que a renda do trabalhador não vem acompanhando o crescimento do produto interno bruto (PIB). Ele citou ainda dados levantados pela senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), coordenadora da Frente Parlamentar pela Infância, segundo os quais apenas R\$ 28 bilhões do Orçamento de 2005 foram gastos com crianças e adolescentes, valor considerado ínfimo para as necessidades dessa população. Paim observou que espera que esses dados contribuam para um orçamento mais justo no próximo ano.